

Justiça afasta aliados de Arruda de processo
Parlamentares envolvidos no 'mensalão do DEM' são impedidos de votar impeachment **► PÁG. A8**

GOVERNO

Dilma adia legalização de terreiros de umbanda para evitar nova crise

Plano seria lançado ontem, mas foi barrado por receio de atritos com Igreja Católica e evangélicos no ano eleitoral

Vera Rosa
BRASÍLIA

Disposta a evitar novos atritos com evangélicos e a Igreja Católica em ano eleitoral, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à Presidência, mandou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial adiar o anúncio do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa. O plano, que prevê a legalização fundiária dos imóveis ocupados por terreiros de umbanda e candomblé e até o tombamento de casas de culto, seria lançado ontem, mas na última hora o governo segurou a divulgação, sob o argumento de que era preciso revisar aspectos jurídicos do texto.

O adiamento ocorre na esteira da polêmica envolvendo o Programa Nacional de Direitos Humanos, que pôs o Palácio do Planalto numa enrascada política, provocando crise dentro e fora do governo. Temas controversos, como descriminação do aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo e proibição do uso de símbolos religiosos em repartições públicas, foram alvo de fortes críticas, principalmente por parte da Igreja.

Na avaliação do Planalto, é preciso evitar novos embates que possam criar “ruídos de comunicação” e prejudicar a campanha de Dilma. Desde o ano passado, a ministra tem feito todos os esforços para se aproximar tanto de católicos quanto de evangélicos e já percorreu vários templos religiosos.

“O programa de promoção de políticas públicas para as comunidades tradicionais de terreiro já estava adequado, mas, como é um plano de governo, precisa ser pactuado para não haver constrangimentos”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria da Igualdade Racial, Edson Santos.

Apesar de dizer que nunca é demais dar “outra passada de olhos” no texto, para maior observância à Constituição e ao Código Penal, Santos não escondeu a decepção com a ordem para suspender o anúncio do plano, que seria feito justamente na véspera do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, comemorado hoje.

“Espero que possamos lançá-lo o mais rapidamente possível”, disse o ministro, diante de uma plateia de praticantes de umbanda e candomblé, que se reuniram no Salão Negro do Ministério da Justiça. “Somos um Estado laico, mas não seremos neutros e cegos diante das injustiças e do racismo.”

REAÇÃO

A informação sobre o adiamento do programa pegou de surpresa as comunidades de terreiro. Muitas mães e pais de santo viajaram de longe para assistir à cerimônia e só souberam na hora que haveria ali apenas um debate.

“Quando o governo chega na

‘Espero que possamos lançá-lo o mais rapidamente possível’, diz Santos

encruzilhada e tem de tomar uma decisão, recua. Será medo? Acho que sim”, protestou Valdina Pinto de Oliveira, do terreiro Tanuri Junsara, de Salvador (BA). Ela foi além e conclamou a comunidade do candomblé a pensar bem em quem vai votar nas eleições de outubro.

“Está na hora de irmos para o campo político e de educar os nossos para saber quem vamos eleger”, insistiu Valdina, sob aplausos. “A gente viu o que



ED FERREIRA/AE-11/1/2010

EMPENHO – Desde o ano passado, Dilma tem feito esforços para se aproximar de católicos e evangélicos

aconteceu com o Estatuto da Igualdade Racial e o que está acontecendo com esse plano. Por que para negro e índio não tem terra? Precisamos acabar com esse vírus do racismo.”

Coordenador das reuniões realizadas para a confecção do plano, o subsecretário de Políticas para Comunidades Tradicionais, Alexandre Reis, tentou contornar o desapontamento geral. “A preocupação do governo não é que determinados setores, por motivos eleitorais, utilizem o plano de proteção à liberdade religiosa como algo negativo”, contou. Reis admitiu que o texto “precisa ser pactuado com evan-

gélicos e católicos” para não ser contaminado pelo ambiente político de 2010. Disse, no entanto, que os terreiros não podem participar dessa briga. “Estamos tratando de um segmento que tem sido demonizado, mas não vamos violar direitos de ninguém”, argumentou. Depois, garantiu que o governo continuará o mapeamento dos terreiros para nortear as políticas públicas.

Embora a Secretaria da Igualdade Racial tenha informado que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é solidária ao plano, a Pastoral Afro-Brasileira assegurou não ter sido consultada sobre seu conteú-

do. Atualmente, apenas seis dos cerca de 10 mil terreiros são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Para o pastor Ronaldo Fonseca, presidente do Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, o Estado não deve gastar dinheiro com tombamento de templos. “O governo está se envolvendo em polêmicas desnecessárias”, comentou. “Não existe guerra santa aqui e não é inteligente o Estado se preocupar com símbolos religiosos, tombamentos e união de homossexuais. Isso é coisa de marxista.”

Militar da Condor deve passar por perícia médica da PF

Alegando problema de saúde, uruguaio adia sua extradição

Roldão Arruda

A Polícia Federal pretende submeter o militar reformado uruguaio Manuel Juan Cordero Piazzini a uma perícia médica, para saber se ele está em condições de ser transportado de ambulância para a Argentina. Acusado participar da Operação Condor, responsável pela perseguição e desaparecimento de opositores dos regimes militares que imperavam no sul do continente nos anos 70, Cordero teve sua extradição autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto do ano passado.

A Justiça argentina pediu a extradição para julgá-lo por crimes de violações de direitos humanos. Na terça-feira, quando os agentes federais foram à sua residência em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, com missão de transportá-lo até Uruguiana, na fronteira argentina, onde seria entregue à Interpol, Cordero alegou um mal súbito, devido provavelmente a problemas cardíacos. Foi então levado a um hospital da cidade, para exames.

Até ontem seu médico particular, cardiologista Leandro Tholozan, não havia autorizado a viagem. Foi sugerida ainda a

Battisti ainda ignora seu destino

...O ativista italiano Cesare Battisti está preso na Penitenciária da Papuda, em Brasília, sem saber se será ou não extraditado para a Itália. No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a extradição. Mas deixou a palavra final sobre o destino de Battisti para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A decisão do STF, ainda não publicada, foi baseada no tratado de extradição assinado com a Itália

possibilidade de Cordero seguir para Porto Alegre, para exames mais sofisticados.

Esta não é a primeira vez que o acusado alega problemas de saúde perante a polícia. Em dezembro de 2008, quando o STF autorizou sua prisão, ele disse que precisava se submeter a uma cirurgia cardíaca e solicitou regime de prisão domiciliar. O pedido foi atendido pelo Supremo.

Segundo Jair Kriskche, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre, Cordero nunca se submeteu àquela cirurgia. “Em abril do ano passado uma equipe de re-

e aprovado pelo Congresso. O tratado prevê exceções que permitem ao governo se recusar a entregar o estrangeiro. A recusa pode ocorrer, por exemplo, em caso de crime político ou quando o estrangeiro responde a um processo no Brasil. Como consequência desse último posicionamento do STF, se quiser manter Battisti no Brasil, Lula terá de deixar explícitos os motivos para não entregá-lo ao governo italiano. ●

pórteres uruguaio filmou o caminhando e fumando pelas ruas de Santana do Livramento”, lembra Kriskche. “Ele fez a mesma coisa agora. Está debochando da polícia e da Justiça.”

O acusado ficou conhecido pela alcunha de Coronel Cordero. Nos documentos oficiais, porém, se apresenta como major. No hospital ele está sob custódia da PF. Do lado de fora, uma ambulância da Polícia Rodoviária Federal aguarda ordens para levá-lo até Uruguiana, a 240 quilômetros de distância. Lá, outra ambulância, argentina, o levará até Buenos Aires, que fica a 600 quilômetros. ●



DUDA PINTO/AFP -19/1/2010

MAL SÚBITO – Na terça-feira, policiais levaram Cordero para hospital

EXTRADIÇÕES DO SUPREMO	
Semelhanças e diferenças entre os casos Cordero e Battisti	
	<div>Manuel Cordero</div> <div>Cesare Battisti</div>
Caso	<div>● Acusado de participar da Operação Condor, responde pelo desaparecimento de 10 pessoas, sequestro de um bebê e 32 casos de tortura</div> <div>● Ex-ativista de extrema esquerda, foi preso em 1979, na Itália, acusado de 4 assassinatos. Battisti foi condenado à prisão perpétua</div>
Fuga	<div>● Fugiu do Uruguai em 2004. Pediu refúgio ao Brasil, mas foi negado. Foi preso em 2007, mas conseguiu direito a prisão domiciliar</div> <div>● Em 1981, fugiu da Itália. Chegou ao Brasil em 2004. Em 2007 foi preso no Rio. No mesmo ano, a Itália pediu sua extradição</div>
Polêmicas	<div>● O caso foi julgado em agosto do ano passado pelo STF, que decidiu pela extradição do militar uruguaio para a Argentina, onde responde pelos crimes. Na semana passada, entrou com ação no STF para reverter a decisão. Pedido foi recusado</div> <div>● Em 2008, o Conare negou pedido de refúgio. A defesa recorreu e o ministro da Justiça, Tarso Genro, concedeu o refúgio. Caso foi para o STF. Em dezembro de 2009, Supremo autorizou a extradição, mas deixou a decisão final para o presidente Lula</div>

Comissão da Verdade ainda não tem nomes

Os seis integrantes do grupo responsável pela elaboração do projeto de lei que vai instituir a Comissão da Verdade deverão ser anunciados só na segunda-feira. Pelo decreto que criou o grupo, assinado pelo presidente Lula no dia 13 e publicado no *Diário Oficial* no dia 14, o governo tem 10 dias para divulgar os nomes. Embora os ministérios envolvidos – Casa Civil, Direitos Humanos, Defesa e Justiça – aleguem que vão cumprir o prazo, nenhum nome foi cogitado para integrar o grupo.

Além de representantes dos quatro ministérios, deverá fazer parte do grupo o presidente da Comissão de Anistia e um civil indicado por ele. Eles terão até abril para criar um anteprojeto de lei a ser apresentado a Lula, que deverá detalhar a composição e as atribuições da Comissão da Verdade.

O decreto que instituiu o grupo de trabalho causou atritos entre os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Jobim e representantes das Forças Armadas queixaram-se da expressão “repressão política”, contida no Programa Nacional de Direitos Humanos e omitida do decreto do dia 13. A comissão deverá investigar violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura militar (1964-1985). ●

LUCAS DE ABREU MAIA